

O ECONÔMICO NA GEOGRAFIA: AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA (1970-2001)¹

Flaviana Gasparotti Nunes²

Introdução

Este trabalho teve como objetivo principal identificar e refletir sobre as principais influências ou reflexos do pensamento econômico (idéias, autores e teorias) presentes na produção geográfica brasileira.

Acreditamos ser este um tema relevante enquanto contribuição para a historiografia geográfica brasileira, tendo em vista o fato de que são poucos os trabalhos até então elaborados dedicados à reflexão da produção geográfica nacional no sentido de uma sistematização de suas principais características, elementos e questões.

O aspecto priorizado diz respeito ao elemento econômico e sua presença nos estudos geográficos, ou seja, o foco das análises e reflexões aqui realizadas recaiu sobre os trabalhos de geografia em que o econômico comparece como elemento essencial e central. Poderíamos dizer tratar-se de trabalhos de Geografia Econômica, entendida aqui como campo da Geografia que se sustenta primeiramente por apresentar uma característica básica: a precedência do fato/evento econômico na determinação dos processos e relações que produzem as diferentes formas espaciais.

Neste sentido, devemos ter claro que a Geografia Econômica procura fazer uma análise geográfica dos fatos econômicos que estão presentes nas diferentes formas espaciais que são produto e condição para o desenvolvimento das forças produtivas e de suas relações determinantes/conseqüentes.

De um modo geral, poderíamos dizer que o enfoque econômico na abordagem geográfica relaciona-se à espacialidade dos fatos econômicos, visto que esses fatos têm a capacidade de se expressar e materializar no espaço.

Sendo assim, do ponto de vista da metodologia empregada, a reflexão sobre as influências do pensamento econômico na produção geográfica brasileira teve por base a

¹ Tese de doutorado defendida em outubro de 2004 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente sob orientação do Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal Cândido Rondon - e-mail: flaviananunes@muramet.com.br

análise das teses de doutorado defendidas na FFLCH/USP no período de 1970-2001 cujas temáticas e formas de abordagem foram identificadas no âmbito da Geografia Econômica.

O pensamento geográfico e o elemento econômico

Para desenvolver este trabalho nos pareceu importante, primeiramente, situarmos os trabalhos analisados no contexto histórico em que foram produzidos. Isso significa abordar não só o quadro conjuntural do período em seus aspectos político e econômicos, como também as principais idéias discutidas em termos do pensamento econômico de forma ampla, visto que este foi o elemento analisado nos trabalhos geográficos.

Neste sentido, partimos de um quadro geral, mesmo que breve e sucinto da história do pensamento econômico a partir de sua institucionalização ou seu reconhecimento científico com a chamada Economia Clássica³ até o período estudado de forma a destacar e caracterizar os principais autores e idéias presentes e que de maneira mais significativa contribuem para o entendimento dos rumos tomados pelo pensamento econômico a partir da segunda metade do século XX.

Acreditamos ser importante o resgate das idéias de alguns pensadores da Economia Política considerados grandes referenciais em termos da contribuição dada ao pensamento econômico, na medida em que estas configuram-se como uma espécie de “grande núcleo” ou conjunto de idéias e preocupações que serviram e ainda têm servido de motivo para as principais discussões no âmbito da Economia Política.

Dentre esses pensadores elegemos e destacamos Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e John Maynard Keynes⁴. O primeiro não poderia deixar de ser destacado por sua grande contribuição à Economia Política e à história do pensamento econômico na medida em que a importância de sua obra econômica pode ser definida pelos efeitos de sua influência como o marco do início do enfoque científico dos fenômenos econômicos.

David Ricardo, por sua vez, foi o primeiro a falar sobre a quantidade de trabalho como fundamento do valor econômico e contribuiu decisivamente para a discussão acerca do valor, da repartição e da renda da terra.

³ Sabemos que o pensamento econômico ocidental tem suas raízes na Grécia antiga com as idéias de Platão e Aristóteles tendo se desenvolvido também em Roma e durante a Idade Média com Tomás de Aquino conforme nos mostram vários autores como Denis (1974). No entanto, é somente no século XVIII que a economia política nasce como um dos frutos da transformação radical das concepções relativas ao conhecimento científico que se desenvolviam no século XVII. O período anterior ao século XVIII é considerado “pré-científico”. Para mais detalhes, entre outros ver: DENIS, Henri. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

⁴ É grande o número de autores que contribuíram para a constituição do pensamento econômico na suas mais variadas correntes e teorias (clássica, neoclássica, marginalista, marxista, keynesiana e assim por diante), no entanto, elegemos estes autores por entendermos que para os fins deste

A contribuição de Marx para a Economia Política deve-se em grande parte à análise que empreendeu sobre o modo capitalista de produção apontando seus mecanismos e fundamentos a partir da formulação de conceitos que tornar-se-iam importantíssimos para o entendimento do capitalismo de forma mais ampla. Dentre essas contribuições deve-se destacar a formulação da teoria da mais-valia.

Keynes é o autor de maior destaque no início do século XX no âmbito do pensamento econômico devido às idéias e soluções que apresentou ao modelo econômico que vigorava até os anos da Grande Depressão, procurando uma espécie de “saída” ou “salvação” para o capitalismo que atravessava uma de suas maiores crises.

Além disso, em se tratando da produção geográfica brasileira, julgamos relevante resgatar as matrizes constitutivas do pensamento geográfico brasileiro procurando entender como o econômico foi trabalhado ao longo desta trajetória.

Para isso, adotamos o ponto de vista estabelecido por Oliveira (1999) que, por sua vez, ampara-se principalmente nas discussões de Capel (1981), por entendermos que a reflexão sobre o pensamento geográfico deve estar diretamente relacionada ao debate científico hegemônico estabelecido no período, o que contribui para melhor entendermos as correntes filosóficas produzidas neste contexto.

Sendo assim, a reflexão sobre o pensamento geográfico pautou-se na discussão das três principais correntes filosóficas que influenciaram diretamente a constituição e desenvolvimento deste pensamento: positivismo, historicismo e dialética. Para Löwy (1985, p. 35) estas três proposições teórico-metodológicas estabelecem relações de leitura entre os valores e a ciência e as ideologias e a ciência.

Tendo em vista as características, elementos e análises empreendidas pela Geografia de acordo com as influências sofridas pelas matrizes teórico-metodológicas foi possível identificarmos o papel do elemento econômico na análise geográfica.

No âmbito da influência positivista fica clara a preocupação e ênfase nos aspectos físicos procurando estudar as influências das condições naturais sobre as sociedades chegando em alguns momentos a interpretações de caráter determinista. Neste caso, estando o foco central das análises voltado para as condições naturais e a adaptação do indivíduo ao meio, o elemento econômico não comparece ou comparece apenas como parte descritiva na enumeração das características de um determinado território em termos produtivos, por exemplo.

trabalho e em termos da aproximação e influência para com o pensamento geográfico são mais significativos considerando o alcance de suas idéias.

Um tratamento diferenciado ao elemento econômico pode ser identificado nos trabalhos sob influência historicista. É principalmente a partir da perspectiva analítica fundada por Vidal de La Blache na qual o homem é visto como um ser ativo que sofre a influência do meio, mas também atua sobre o mesmo transformando-o que observamos como o econômico comparece como desdobramento do humano.

Nos trabalhos desenvolvidos nesta perspectiva, as atividades econômicas como agricultura, comércio e circulação são vistas como fatores de desenvolvimento humano. No interior dos estudos regionais havia preocupação com a vida econômica da região discutindo fluxos, trabalho, produção, etc articulando população, comércio, indústria, transportes, entre outros elementos do quadro regional.

Apesar da inserção do elemento econômico nas análises, este ocupava apenas uma “parte” do trabalho (a parte econômica) distinta e muitas vezes desarticulada do restante. A estrutura das monografias regionais francesas é bastante significativa para mostrar como isso ocorreu: havia a descrição geográfica (do quadro natural), em seguida a caracterização da população e os aspectos econômicos.

Esta estrutura serviu como modelo para grande parte dos trabalhos geográficos desenvolvidos no Brasil até os anos 1970. Nesses trabalhos observa-se uma ênfase na descrição voltada ao estudo de produtos, tais como culturas agrícolas, pecuária ou mesmo de fatos econômicos numa dada porção do território, havendo neles uma visível “parte econômica”.

Em se tratando de uma análise geográfica, portanto, deveria haver um exemplo localizado no território e o econômico era uma parte dentro desse trabalho geográfico, na qual discutia-se sobre os aspectos que poderiam ser identificados com o econômico: a comercialização, a produção agrícola ou industrial e assim por diante. Nestes estudos o geográfico e o econômico estavam nitidamente separados; a junção ocorreria com a distribuição geográfica do fato: a cultura da batata no estado de São Paulo, a bananicultura no litoral, a pecuária em Barretos e assim por diante.

Já nos trabalhos influenciados pelo materialismo histórico e dialético, o econômico passa a ser visto como integrante da reflexão, como um elemento explicativo para analisar uma determinada questão e não apenas como um elemento em si. Isto deve-se principalmente ao fato de que esta matriz teórico-metodológica destacava a importância da infra-estrutura, entendida como base econômica da sociedade para o entendimento desta.

Desta forma, o econômico deveria ser pensado com um elemento essencial do discurso, constituindo-se num componente interpretativo que permeava toda a análise geográfica. A produção material no âmbito da historicidade do espaço é ponto central para

os trabalhos desenvolvidos sob a influência desta matriz teórico-metodológica. Os elementos econômicos, portanto, são destacados para o entendimento geográfico do espaço.

Pode-se concluir que nos trabalhos desenvolvidos na Geografia a partir do referencial do materialismo histórico e dialético há maior importância e tratamento diferenciado do econômico em relação àqueles influenciados pelo positivismo e historicismo.

O econômico na Geografia: análise das teses

Partindo para a identificação e discussão das influências do pensamento econômico para o pensamento geográfico, sistematizamos as influências que com base na análise das teses compareceram como mais significativas e recorrentes. Dentre elas podemos destacar: teoria da modernização da agricultura, teorias de Ignácio Rangel, teoria da renda da terra, teorias da economia espacial, conceitos e idéias do pensamento marxista, análises sobre a reestruturação industrial.

A partir das teses analisadas, verificamos que os anos 1970 foram marcados pela discussão e crítica em relação a teorias e modelos provenientes principalmente da Economia neoclássica e sua aplicação na Geografia.

A influência dos referenciais da economia espacial de inspiração neoclássica na Geografia, com base nas teses analisadas, pode ser interpretada, como um acontecimento de caráter positivo para uma renovação teórica e metodológica desta, mesmo que também represente um momento empobrecedor da análise geográfica.

É evidente, que os modelos da economia espacial apresentaram limitações e sua utilização na Geografia trouxe resultados questionáveis sob vários pontos de vista.

No entanto, é interessante notar que a partir da crítica a estes referenciais abriu-se caminho para a afirmação e importância do materialismo histórico na Geografia, notadamente com o trabalho de Oliveira (1978).

Se antes destes trabalhos críticos aos modelos da economia espacial tínhamos o econômico como “parte” do geográfico, a partir deles verifica-se a influência do econômico não só como objeto de crítica, mas principalmente como componente essencial da discussão, ou seja, como elemento constitutivo do referencial teórico e metodológico que passa a orientar a produção geográfica nos anos 1980 e 1990.

Nos anos 1980 e 1990 pode-se dizer que o econômico afirma-se na análise geográfica ganhando destaque e importância nas discussões principalmente por causa da

incorporação do materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico na Geografia.

As influências sofridas por parte do pensamento econômico, então, apresentam alguns enfoques diferenciados, embora todos estejam relacionados aos referenciais teóricos e metodológicos do pensamento econômico marxista.

É notória a grande utilização de conceitos, idéias ou mesmo terminologias relativas ao pensamento econômico marxista nos trabalhos geográficos. Claro que esta utilização acaba sendo incorporada pela Geografia de forma mais ampla e torna-se parte do “vocabulário geográfico” mesmo atualmente. No entanto, queremos destacar que anteriormente, nos trabalhos da década de 1970, por exemplo, este tipo de terminologia ou utilização era praticamente inexistente, ou seja, não compunha a estrutura e redação dos trabalhos.

Neste sentido, expressões como divisão social do trabalho, exército industrial de reserva, composição orgânica do capital, acumulação de capital, relações sociais de produção, relações capital-trabalho, mais-valia, entre outras passam a ser cada vez mais comuns nos trabalhos geográficos, compondo de forma significativa os instrumentos explicativos das temáticas ou problemas abordados.

Além desta influência mais disseminada e percebida no conjunto das teses, destaca-se também a influência, em particular, da teoria da renda da terra de Marx e autores da mesma linha nos trabalhos analisados.

Marx elaborou um conjunto de reflexões em torno da questão da renda fundiária que serviram de inspiração ou pressuposto para alguns trabalhos desenvolvidos na Geografia tanto no que diz respeito à renda da terra na cidade ou no campo.

Neste sentido, há uma significativa valorização e afirmação do econômico como elemento explicativo dos processos que se desenvolvem no campo e na cidade, ou seja, a influência do pensamento econômico mostra-se efetiva na medida em que os conceitos e categorias de cunho econômico são pedras fundamentais no desvendamento destas realidades por parte da Geografia.

Outro exemplo claro disso, refere-se à grande influência exercida pelas formulações teóricas advindas da economia sobre a questão da modernização da agricultura. É significativo o número de trabalhos em que estas formulações são base para explicar as relações de trabalho ou a pequena produção em diversas áreas do Brasil.

Durante toda década de 1980 e até a primeira metade da década de 1990 as influências advindas do pensamento econômico de estrato marxista estiveram bastante

presentes na produção geográfica. A partir da segunda metade dos anos 1990 ocorrem algumas mudanças trazendo novas características e influências.

Uma influência direta da Economia Política brasileira pode ser identificada nas teses em que se constata a aplicação das idéias, do corpo teórico das discussões de Ignácio Rangel. Nas teses analisadas percebemos que independente da temática abordada, os autores não somente apoiaram-se nas teorias desenvolvidas por Rangel como também procuraram ao longo de suas análises comprovar as proposições teóricas deste a partir das especificidades dos casos estudados em sua articulação com o contexto da economia nacional.

A utilização e tentativa de comprovação dos postulados de Rangel nos trabalhos geográficos mostra como houve uma influência direta da economia política brasileira, pelo menos no que diz respeito às contribuições deste autor, nas análises geográficas.

O aspecto a ser destacado, neste caso, é que especificamente nas teses analisadas, o referencial teórico de Rangel é utilizado muito mais como uma proposta a ser aplicada do que como possibilidade de interpretação e entendimento da questão, fazendo com que em alguns momentos tenhamos a impressão de uma transposição dos elementos teóricos do autor para os casos estudados.

Nos anos 1990 e 2000 também verificamos a presença de análises sobre a indústria pautadas na questão da reestruturação industrial. Estas análises justificam-se tendo em vista as mudanças ocorridas em escala mundial caracterizadas principalmente pela emergência de um novo paradigma produtivo e tecnológico .

Neste sentido, destacam-se alguns referenciais teóricos do pensamento econômico utilizados nos trabalhos dos geógrafos, como por exemplo, a teoria da regulação que foi desenvolvida por economistas franceses de inspiração marxista já no final dos anos 1970.

O econômico na Geografia: períodos e principais influências

Após as constatações e discussões realizadas sobre as principais influências do pensamento econômico percebidas na produção geográfica, procuramos refletir num sentido mais avaliativo quanto ao(s) sentido(s) e significado(s) dessas influências para a Geografia.

Podemos dizer que até a metade da década de 1970 o econômico não se constituía como elemento componente das análises geográficas, estando sua função restrita a ser uma “parte” da análise, distinta e separada das demais. Além disso, o teor do econômico relaciona-se, em grande parte, a dados sobre produção, fluxos, mercadorias, atividades e assim por diante.

Nesta forma de abordagem a conotação ao econômico recai sobre as atividades, produtos ou regiões apresentando uma incapacidade para oferecer uma visão unitária, um panorama do conjunto do funcionamento da economia no espaço e da transcendência deste na organização do sistema econômico.

A economia aparece, portanto, como uma mera justaposição de setores de atividade encarregados de satisfazer as necessidades humanas, sobretudo as materiais. A sociedade, por sua vez, geralmente é relacionada à população em forma de volume, crescimento e distribuição o que acarreta em discussões com nenhum conteúdo político não sendo mencionadas questões como trabalho e a dimensão social da produção. Neste sentido, as análises eram limitadas e pouco contextuais.

Uma influência mais clara e significativa do pensamento econômico na produção geográfica é identificado na segunda metade da década de 1970 com a introdução de referenciais e metodologias da economia neoclássica.

É interessante notar que neste caso, a influência destes referenciais propiciou também a introdução do pensamento econômico marxista utilizado como base para as críticas estabelecidas à influência da economia neoclássica na Geografia.

Consideramos a introdução do materialismo histórico a partir de teorias, conceitos, idéias e proposições metodológicas, o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica, ou seja, a partir da introdução desta base teórico-metodológica na Geografia, o econômico ganha importância, tendo papel central nas análises, constituindo-se em elemento explicativo para determinadas questões.

A década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela grande influência do materialismo histórico nos trabalhos geográficos. Pudemos verificar que com base na teoria da modernização da agricultura, teoria da renda da terra e sua influência nos estudos rurais e urbanos, a utilização de conceitos e idéias provenientes do pensamento econômico marxista foram desenvolvidos muitos trabalhos.

Esses trabalhos tinham como prioridade a discussão do econômico como elemento essencial na explicação e análise dos fatos geográficos. Desta forma, há uma significativa valorização do econômico como elemento explicativo dos processos espaciais que se materializam em diversas realidades, advindo daí, uma das principais críticas feitas

aos trabalhos geográficos influenciados pelo materialismo histórico: o excesso de “economicismo” apresentado nessas análises desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo.

Sánchez Hernández (2003, p. 108) analisando o que chama de um “decaimento” do impulso da economia política na Geografia Econômica, aponta esta questão afirmando que:

La lenta consolidación de los enfoques que insisten en la capacidad individual y social para efectuar elecciones según criterios no estrictamente determinados por las relaciones de producción: raza, género, cultura e individuo comienzan a cobrar importancia en la explicación de los procesos geoeconómicos en detrimento del sesgo estructuralista y economicista por el que comenzaba a deslizarse a la Geografía Económica. En este terreno, hay que resaltar la influencia de la teoría de la estructuración de Anthony Giddens, quien propone una interpretación de la sociedad donde los condicionantes estructurales no impiden que los individuos actúen con la libertad suficiente para elegir su destino particular y colectivo.

A partir da citação de Sánchez Hernández entendemos que se consolidam enfoques que consideram a capacidade individual e social para efetuar escolhas segundo critérios não estritamente determinados pelas relações de produção como raça, gênero, cultura e indivíduo para a explicação dos processos geoeconômicos. Neste sentido, o autor aponta uma tendência de relativização do econômico nas análises conduzindo à introdução de outras dimensões das relações sociais que até então não eram consideradas e valorizadas.

Tais críticas e proposições só podem ser compreendidas a partir do contexto em que se inserem, caracterizado por processos de grande envergadura que afetam o funcionamento do sistema capitalista (globalização e emergência de um novo paradigma tecno-econômico de base informacional, além da própria simbologia da queda do Muro, a democratização e tentativas de inserção na ordem econômica capitalista mundial das antigas nações sob influência da antiga URSS, paralelo ao caso brasileiro da consolidação da democracia e busca de modernização das estruturas do Estado), que apresentam rebatimentos diretos no conjunto das ciências sociais que passam a introduzir a discussão sobre a crítica pós-moderna à racionalidade científica, afetando também a Geografia.

Neste contexto, tomando o caso específico dos trabalhos de Geografia Econômica, são incorporados os referenciais da teoria da regulação, por exemplo, que

passam a influenciar as novas reflexões e abordagens, conforme verificamos nas análises sobre reestruturação industrial e novos paradigmas industriais em que de uma concepção mais vinculada aos referenciais marxistas passa-se a adotar outras idéias que consideram dimensões não estritamente econômicas.

Tendo em vista as principais características da teoria da regulação, principalmente o fato de partir do pressuposto de que a dinâmica capitalista não está limitada aos fatores econômicos, recaindo também na esfera social e política, podemos inferir que se aponta a possibilidade da Geografia analisar os fatos econômicos incorporando dimensões e explicações não estritamente econômicas.

Estaria a Geografia Econômica caminhando para uma “desmaterialização”, ou seja, deixaria de priorizar o enfoque nos elementos físicos e materiais?

Perspectivas para a análise dos fatos econômicos na Geografia

A questão levantada ao final do item anterior tem por base as reflexões de Sánchez Hernández (2003, p. 193-195) que ao discutir a trajetória da Geografia Econômica⁵ entende que:

(...) Por tanto, ya lo hemos dicho, la Geografía Económica, a lo largo de sus distintos proyectos constitutivos, recorre la senda de la desmaterialización. Cada vez se aleja más de las cuestiones estrictamente físicas para adentrarse en el mundo de las relaciones invisibles, pero ineludibles, siguiendo un discurrir paralelo al de la propia actividad económica, cada vez más cargada de contenido informacional y menos intensiva en el consumo de *inputs* materiales.

En efecto, entre las múltiples cuestiones que interesan a la Geografía Económica moderna, la producción *sensu strictu* sólo cobra sentido a la luz de su relación los factores culturales, con los avances tecnológicos, con la labor de las instituciones o con el contenido simbólico que implica la elaboración de ciertos productos que han forjado un paisaje y una forma de vida. Por eso la Geografía Económica ya no se compone del estudio parcial e inconexo de las actividades económicas, sino que presenta un talante más integrador que recupera el territorio como

⁵ Em relação às discussões deste autor sobre a Geografia Econômica, deve-se lembrar que suas reflexões têm por base a produção científica européia e norte-americana não sendo adequada uma generalização absoluta delas ao caso da Geografia brasileira. No entanto, acreditamos que alguns parâmetros por ele estabelecidos a partir daqueles contextos podem servir como importantes referências para a discussão sobre a Geografia Econômica produzida no Brasil.

argumento central de la reflexión teórica y de la investigación empírica.

(...)

Para chegar às análises acima citadas, o autor em questão identificou três enfoques ou projetos que, segundo ele, não representam concepções em períodos estanques no tempo, mas projetos científicos orientados a responder as questões que preocupam ou preocuparam a Geografia Econômica e possuem relação com a natureza espacial dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Tais projetos foram denominados projeto ambiental, projeto locacional e projeto estrutural-conceitual.

Para Sánchez Hernández, atualmente, o projeto estrutural-conceitual domina a Geografia Econômica podendo ser definido como o estudo da lógica espacial do capitalismo. Este projeto:

(...) pretende descubrir la(s) forma(s) en que este sistema concreto de organización política de la actividad económica se sirve del espacio geográfico (diferenciado y heterogéneo) para alcanzar su objetivo de acumulación, que implica un proceso continuado de expansión espacial y da lugar a la configuración de distintas modalidades de respuesta y adaptación territorial (local, regional, nacional, internacional, global) a los retos que plantea la indisoluble articulación entre localización y acumulación. El término utilizado pretende, por consiguiente, hacerse eco de las dos vertientes que entraña este proyecto: el estudio espacial de las estructuras del sistema capitalista y la consideración de la influencia que el contexto o entorno geográfico, culturalmente construido por las sociedades humanas, tiene en su funcionamiento. (...) (Sánchez Hernández, 2003, p. 96)

As influências teórico-metodológicas deste projeto identificam-se com as próprias formas de entender a Geografia após a crise do positivismo: o estruturalismo de caráter mais ou menos marxista e o humanismo fenomenológico impulsionado pelas filosofias pós-modernas, ambos imbuídos de um sentido crítico em relação ao capitalismo imperante e, sobretudo, em relação às suas conseqüências em todas as escalas e ordens. Tais perspectivas, apesar de diferentes, colocam-se como complementares nos objetivos deste projeto. Nos dizeres de Sánchez Hernández (p. 104):

El corolario epistemológico de este proceso de configuración del proyecto estructural-contextual es la incapacidad de una sola teoría para explicarlo todo, lo que reclama el recurso permanente al uso de

diferentes propuestas adaptadas a las escalas geográficas de análisis y a los temas estudiados.

Coloca-se, desta forma, a discussão sobre a definição da orientação teórico-metodológica mais adequada para as análises da Geografia Econômica neste momento, apontando para necessidade de utilização de mais de um referencial, ou seja, da complementaridade das teorias de acordo com as especificidades do objeto, sua escala e assim por diante.

Nosso entendimento é de que isso é possível e necessário, diante da complexidade das questões e processos que constituem o espaço econômico atualmente, dentre os quais podemos destacar: as praças financeiras, os fluxos de inversão direta internacional, os fundos de pensão, as redes e sistemas de inovação, a revolução tecnológico-informacional, a divisão espacial do trabalho, as empresas, as redes de telecomunicação, a nova economia que emerge no ciberespaço, o desenvolvimento local, o marketing urbano, a economia informal, a formação do capitalismo global e suas formas culturais de âmbito regional, os espaços econômicos emergentes, os territórios em declive e reestruturação, o papel econômico das instituições, o gerenciamento da economia, os padrões de consumo e assim por diante.

Na verdade, trata-se de uma definição em parâmetros mais complexos e dinâmicos da relação de múltiplas escalas, de origem e alteração de fenômenos e forças em cada ponto do território, paralelamente à virtualização dos dados, informações e experiências que cada indivíduo, cidade ou nação possui dos demais lugares e seres.

No entanto, o espaço econômico deve ser entendido como um produto social, resultado material e histórico das iniciativas e relações humanas dos mais variados tipos, nunca deixando de considerar sua dimensão estrutural.

Sánchez Hernández (2003, p. 135) identifica, também, a possibilidade de estudar o econômico como fato cultural⁶. O “giro cultural”, em sua opinião, consiste em considerar que a vida econômica não está separada do meio cultural em que se desenvolve e que constitui, por sua vez, um fator primordial e decisivo de diferenciação geográfica. Isso porque, em última instância, a economia é uma forma mais de cultura e desta forma, se

⁶ É interessante destacar que para chegar a esta conclusão, o autor aponta que para compreender a espacialidade do capitalismo atualmente, a Geografia Econômica tem empreendido um esforço que a faz superar algumas de suas fronteiras mais convencionais, utilizando, para isso, de metáfora com o dilema central do famoso seriado de televisão “Arquivo X”. Neste seriado, coloca-se a todo momento a relevância dos fatos não necessariamente científicos e racionais para a explicação dos casos investigados por dois agentes do F.B.I (Fox Mulder, estudioso de fenômenos paranormais e Dana Scully, convicta da racionalidade científica). Com a comparação, Sánchez Hernández está chamando a atenção para a necessidade de rompimento com alguns princípios tidos como “racionais e científicos”

constitui a partir de referências e condicionantes culturais que atribuem valores e significados distintos ao trabalho, ao emprego, ao dinheiro, ao consumo, à propriedade ou ao contrato mercantil.

Segundo o autor, deve-se valorizá-lo como uma peça a mais dentro do projeto estrutural-contextual e não como substitutivo das contribuições precedentes. O autêntico mérito do giro cultural reside na contribuição de maior alcance e profundidade aos conceitos e temas que envolvem os pilares do projeto em curso, o qual não é unicamente contextual, mas estrutural, isto é, interessado em compreender os fundamentos da vida econômica e sua relação com o espaço geográfico.

As reflexões de David Harvey em “Condição Pós-Moderna” (1994), em grande parte, também apontam para a possibilidade de uma leitura econômica dos elementos culturais. O autor parte do pressuposto “(...) de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo”. (Harvey, 1994, p. 8)

Harvey entende que os elementos culturais têm relação direta com o contexto social, econômico e político, sendo mais do que nunca essenciais nas determinações e estratégias do desenvolvimento do capitalismo.

As idéias desenvolvidas por Sánchez Hernández e Harvey levam a refletir sobre algumas questões ou “problemas” conseqüentes de suas posições: uma delas diz respeito a uma possível junção indiscriminada de referenciais teórico-metodológicos que viria a caracterizar as análises geográficas do econômico (no caso da discussão de Sánchez Hernández); outra se refere a uma possível perda de centralidade do econômico levando a um “subjetivismo” e relativismo exacerbado nos trabalhos (isso porque o cultural seria valorizado nas análises conforme apontam ambos os autores).

Quanto à primeira questão, conforme mencionado anteriormente, acreditamos na possibilidade e importância de uma complementaridade de teorias explicativas e não numa junção indiscriminada de teorias que resultaria numa nova teoria (ou “super-teoria”) mais adequada ao momento atual do capitalismo, pois “(...) à medida em que ingressamos em um novo campo histórico do desenvolvimento capitalista, há uma evidência cada vez maior de que precisamos de novos conceitos e teorias para que as novas realidades façam sentido. (...)” (Martin, 1996, p. 56)

para explicar o econômico geograficamente. Daí a importância do giro cultural, significando esse rompimento de fronteiras da Geografia Econômica.

Neste sentido, estaria apontada a necessidade de um programa de estudos do econômico na Geografia que tivesse um caráter muito mais multidimensional, multivocal⁷ e de múltiplas perspectivas⁸. Nos dizeres de Martin (1996, p. 57):

Uma geografia econômica multidimensional também tem múltiplas perspectivas, aberta a uma vasta gama de teorias e perspectivas sobre os campos da realidade da economia espacial e como elas se constituem e interagem. Qualquer perspectiva dada ou posição teórica vantajosa é seletiva, e inevitavelmente mediada por nossa preexistente visão de mundo, pressupostos, valores e interesses (ou o que Schumpeter uma vez se referiu como “cognição pré-analítica”).

Esta discussão remete à segunda questão ou problema levantado: a possível perda de centralidade do papel do econômico nas análises. Quanto a isso, entendemos que a multiplicidade de perspectivas ou a complementaridade de teorias não levaria as análises a perderem seus propósitos fundamentais, mas fortaleceria a explicação e interpretação dos fatos econômicos no espaço, os quais, cada vez mais se caracterizam pela diversidade.

Neste sentido, a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises, pois “(...) *queramos o no, la economía, la lucha por la vida, es un componente esencial de toda sociedad y, por ello mismo, un poderosísimo motor de cambio espacial. No todo es economía, pero sin ella no hay reproducción social posible ni, por consiguiente, producción de espacio social. (...)*” (Sánchez Hernández, 2003, p. 209)

Para a Geografia o econômico é imprescindível para entender a lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido à mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espacial, cobrando análises pertinentes.

⁷ Esta terminologia é utilizada por Martin (1996, p. 56-57) e caracterizada por (...) *preocupar-se em reconhecer e atribuir substancial importância teórica explícita aos diferentes grupos sociais que constituem a 'economia', de incorporar as experiências e papéis específicos de determinados grupos ou comunidades ao invés de ocultar ou agrupar sob categorias supostamente 'neutras' e tipos 'gerais'. (...)*

⁸ Neste caso, poderíamos destacar, entre outras, as contribuições de Pierre Bourdieu relativas às idéias de um mercado de bens simbólicos na medida em que: “(...) *Bourdieu recusa o materialismo redutor e a separação em que se apóia, qual seja, 'a dicotomia do econômico e do não-econômico que impede apreender a ciência das práticas econômicas como um caso particular de uma ciência geral da economia das práticas, capaz de tratar todas as práticas, inclusive aquelas que se pretendem desinteressadas ou gratuitas, e destarte libertas da economia, como práticas econômicas, orientadas para a maximização do lucro, material ou simbólico'.*” (Miceli, 2001, p. XXXIV). Sendo assim, percebemos que Bourdieu tenta ampliar o entendimento do econômico no contexto de sua discussão sobre o simbólico. Para um aprofundamento destas questões ver: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli)**. São Paulo:

A complexidade cada vez maior destas relações é abordada por Milton Santos (1997) em “A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção” na tentativa de construir um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico na passagem do século XX tendo como principal base os elementos econômicos.

O autor parte da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações reconhecendo como categorias analíticas internas deste a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Com o mesmo ponto de partida discute a questão dos recortes espaciais propondo debates de problemas como o da região e do lugar; das redes e das escalas. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre os conceitos, junto à questão de uma ordem mundial e uma ordem local, tendo a técnica papel central em toda a análise.

A técnica, em sua opinião, é importante para este raciocínio porque:

(...) reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (Santos, 1997, p. 20)

Para Santos, portanto, o entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do papel do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, entre as quais destaca a emergência de uma unicidade técnica, de uma unicidade do tempo e de uma unicidade do motor da vida econômica e social.

A unicidade do motor da vida econômica e social em todo planeta, por exemplo, pode ser representada emblematicamente pela emergência de uma mais-valia no nível global e assegurada, direta ou indiretamente, pela existência de grandes organizações que são os atores atuais da vida internacional. Tais unicidades são a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

Esta nova ordem mundial, em sua opinião, é cada vez mais normativa e normada na medida em que há uma preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social sendo, também, o próprio fenômeno técnico normativo e normado. Neste sentido:

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais.

Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades (especialmente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos), escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ação menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos. (Santos, 1997, p. 185)

As idéias expressas nesta citação mostram que mesmo com a imposição em escala planetária de um sistema de ações normadas e objetos técnicos criando o meio técnico-científico-informacional, que segundo Santos “é a cara geográfica da globalização”, ainda há parcelas do espaço que fogem a esse esquema revelando a singularidade e força do lugar. Nas palavras do autor: *“A ordem global busca impor, a todos os lugares uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade (...) Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de razão local, convivendo dialeticamente.”* (Santos, 1997, p. 272-273).

Para entender essa racionalidade dos lugares é importante destacar o que o autor chama de escala do cotidiano, pois:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo

de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. (Santos, 1997, p. 272)

Esta breve caracterização das idéias de Santos foi realizada no sentido de mostrarmos a validade e importância dos elementos econômicos na compreensão do espaço, ou seja, conforme afirmamos anteriormente, a dimensão econômica continua sendo central e estrutural para as análises. Santos toma por base elementos e questões que possuem uma conotação econômica evidente, no entanto, também considera outras dimensões como o cotidiano, que como diz o próprio autor, tem como parâmetros elementos como a vizinhança, a emoção, a intimidade que possuem uma certa carga de subjetividade.

Diante do exposto, podemos retornar à pergunta lançada ao final do item anterior e afirmar que a Geografia Econômica, do ponto de vista do objeto, caminha para uma desmaterialização, à medida em que cada vez mais o processo produtivo é constituído de elementos não necessariamente materiais e físicos, no entanto, do ponto de vista do método, o ponto de partida não pode prescindir desses elementos, mesmo que outros (imateriais) venham a complementar e trazer novos aspectos para as análises do econômico no espaço.

O econômico na Geografia: um esquema interpretativo

Tendo em vista o conjunto de reflexões realizadas, procuramos estabelecer uma proposta interpretativa para discussão e entendimento do elemento econômico na Geografia.

Mesmo tendo por base apenas um segmento da produção geográfica nacional, (as teses de doutorado defendidas na FFLCH/USP entre 1970 e 2001), acreditamos que os parâmetros estabelecidos para a elaboração desta proposta interpretativa podem ser aplicados a outros segmentos da produção geográfica, visto que consideramos além das temáticas e formas de influência do econômico nos trabalhos de Geografia, a relação destas influências com o contexto da Geografia nacional, bem como as matrizes teórico-metodológicas presentes e hegemônicas em cada momento.

Desta forma, se tomarmos a relação entre o elemento econômico e as matrizes teórico-metodológicas constitutivas do pensamento geográfico, podemos dizer, e essa é nossa proposição central neste trabalho, que o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica deve-se à introdução do materialismo histórico como referencial teórico-metodológico.

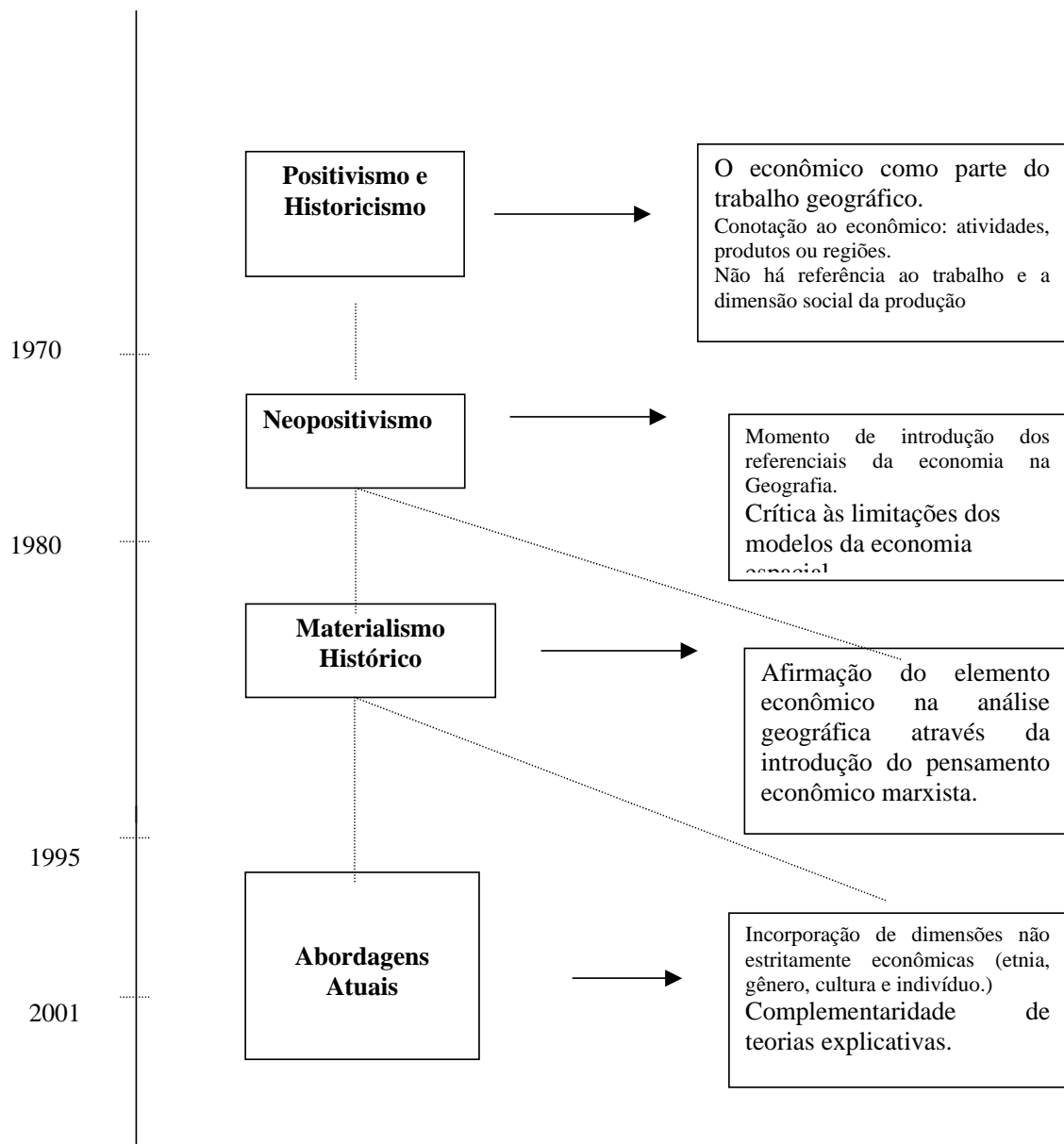
Neste caso, devemos considerar não só as proposições metodológicas que conferiam ao econômico um papel central nas análises, mas também o conjunto de teorias, conceitos e idéias que foram utilizados pelos geógrafos em seus trabalhos.

Consideramos, no entanto, um momento significativo para a construção desta afirmação do econômico na análise geográfica a presença, utilização e crítica dos referenciais e metodologias da economia neoclássica. Isso porque, de fato, antes da introdução do materialismo histórico, a influência mais clara e significativa do pensamento econômico na produção geográfica pode ser verificada nos trabalhos produzidos sob a orientação da economia neoclássica.

Conforme já mencionado anteriormente, nos trabalhos produzidos no contexto do positivismo e do historicismo, o econômico não se constituía como elemento componente das análises geográficas, tendo a função restrita de ser uma parte distinta e sem articulação com o conjunto do trabalho.

O esquema, a seguir, procura ilustrar esta interpretação:

O econômico na Geografia: esquema interpretativo



Org.: Flaviana G. Nunes, 2004.

É importante destacar que os anos ou datas assinaladas no esquema não devem ser tomadas como referências temporais absolutas. Sua delimitação tem o objetivo de representar ou demarcar a incidência ou maior representatividade de uma determinada abordagem e a conseqüente forma de influência do econômico na produção geográfica.

Além disso, as próprias matrizes teórico-metodológicas identificadas devem ser entendidas no interior de um movimento mais amplo da ciência e não de forma linear. Apesar do surgimento de novas abordagens e referenciais teórico-metodológicos para a análise do econômico na Geografia, não significa dizer que não tenhamos ainda presentes influências do materialismo histórico e mesmo do positivismo e historicismo.

No caso do materialismo histórico, é evidente sua importância e presença até os dias atuais como referencial para a discussão e análise do econômico na Geografia, embora, como já destacado, coloque-se a necessidade da incorporação de dimensões não estritamente econômicas para a análise do econômico.

REFERÊNCIAS

- CAPEL, Horácio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 31-64.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.
- _____. Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado isolado” de von Thünen. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, José Luis. **Naturaleza, localización y sociedad: tres enfoques para la geografía económica**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.